



UM BREVE RELATO HISTÓRICO DO ENSINO DE LIBRAS NO BRASIL

Eixo 07 - Educação, Comunicação e Práticas Inclusivas

Zaiane dos Santos Souza FARIAS¹
Elisson Souza de SÃO JOSÉ²
Alisson dos Santos FARIAS³

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade discutir sobre fatos ocorridos no decorrer da história no que diz respeito à comunidade surda e ao ensino de LIBRAS no Brasil. Para abordagem do tema foi realizado um levantamento bibliográfico entre artigos científicos, periódicos, leis, documentos e livros que tratam da trajetória percorrida pelos indivíduos surdos em diversos períodos da história aos quais podemos relatar: idade antiga, média e moderna, chegando até os dias atuais nos mais diversos lugares do mundo. A história mostra uma luta os indivíduos surdos em busca de seus direitos que nem sequer existiam. As conquistas foram gradativa e a passos lento. É verdade que ainda falta um longo caminho a percorrer, Portanto, o artigo tem o propósito de trazer inquietações para os indivíduos que fazem parte da comunidade surda ou que se interessam pela temática, a fim de promover incentivo em pesquisas vindouras na área e sobretudo despertar um novo olhar acerca do indivíduo surdo, da sua capacidade e da sua importância dentro da sociedade. Esse estudo fundamenta-se nos principais intelectuais os quais podemos citar: Strobel, Perlin, Rocha, Skiliar, entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: LIBRAS; Ensino; Surdo.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to discuss facts that occurred in the course of history with regard to the deaf community and the teaching of LIBRAS in Brazil. To address the topic, a bibliographic survey was carried out among scientific articles, journals, laws, documents and books that deal with the trajectory of deaf individuals in different periods of history to which we can report: ancient, middle and modern age, reaching the present day in the most diverse places in the world. History shows a struggle for deaf individuals in search of their rights that did not even exist. The achievements were gradual and at a slow pace. It is true that there is still a long way to go. Therefore, the article has the purpose of bringing concerns to individuals who are part of the deaf community or who are interested in the theme, in order to promote incentives in future research in the area and above all to awaken a new look at the deaf individual, his capacity and his importance within society. This study based on the main intellectuals that we could mention Strobel, Perlin, Rocha, Skiliar, among others.

KEYWORDS: LIBRAS; Teaching; Deaf.

¹ Graduanda em Letras Libras pela Universidade Federal de Sergipe e Técnica em Secretariado pelo SENAC. Email: zaiane_tj@hotmail.com

² Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, Graduado em Português/Inglês pela Universidade Tiradentes. Email: prof.elisson@hotmail.com

³ Graduando em Letras Libras pela Universidade Federal de Sergipe. Email: alisson-sy@hotmail.com



1 Introdução

O presente artigo é um recorte de uma pesquisa realizada durante a graduação que tinha como finalidade conhecer os fatos ocorridos no decorrer da história no que diz respeito à comunidade surda e ao ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), no Brasil.

Atualmente, a LIBRAS tem ganhado cada vez mais visibilidade em todas regiões do Brasil, especialmente em Sergipe. A comprovação desse fato se dá pela crescente oferta de cursos básicos; a contratação de oficinas de LIBRAS por parte das empresas, a fim de melhor atender os seus clientes e facilitar o processo de comunicação entre funcionários surdos ou deficientes auditivos com os ouvintes.

Além disso, houve a implantação do cursos de graduação em Letras Libras na modalidade licenciatura e bacharelado em diversas instituições de ensino, tanto na rede pública como privada. Temos como exemplo a Universidade Federal de Sergipe, que oferece curso de graduação em Libras desde o ano de 2014. A inscrição costuma ser feita por meio do site da coordenação de concursos vestibulares da universidade⁴. Também pode ser citado como fator contribuinte para a propagação da LIBRAS recentemente, a proposta de redação do exame nacional do ensino médio (ENEM) realizada pelo Ministério da Educação (MEC) em 2017, a qual abordou sobre o ensino e o processo de educação dos surdos no Brasil.

Recentemente, o atual presidente eleito Jair Bolsonaro proporcionou uma maior visibilidade para a comunidade surda ao promover o discurso de sua posse com um intérprete de LIBRAS, causa apoiada pela primeira dama. Entretanto, essas conquistas são frutos de muita militância e repressão (MELLIS, 2019, p.1). Durante muitos anos, o modelo tradicional de sociedade imposto pelas culturas antigas, impossibilitava o repensar de uma sociedade mais igualitária; voltada na integração de minorias e de pessoas com especificidades; fornecendo-as direitos iguais no acesso ao ensino e educação.

⁴ Até o ano de 2020, o site de inscrição era: <http://www2.ccv.ufs.br/ccv/>.



A busca constante pelo ser humano patologicamente sadio fazia com que em muitas culturas a pessoa com deficiência física, auditiva ou mental fosse reprimida e excluída. Este processo também ocorreu com muita frequência na comunidade surda. Pensando em todo o processo excludente e desumano, este artigo foi confeccionado com o objetivo de abordar de maneira flutuante os principais marcos da comunidade surda ao longo de sua história e em diversas culturas; que justificam a atual ascensão e propagação do ensino da LIBRAS (WITKOSKI, 2009, p.555-558).

O artigo além de destacar os percalços enfrentados na educação de surdos e suas respectivas mudanças, também traz reflexões acerca da história da sociedade surda, buscando contribuir para a melhoria do ensino de sua língua, isto é, da LIBRAS.

2 Aspectos gerais da cultura surda na antiguidade e idade média

No primeiro momento, se faz necessário explicitar para caráter de compreensão, ainda que em recortes, os principais marcos que contribuíram para que a comunidade surda conseguissem ser inclusos na sociedade e em seus múltiplos contextos.

Em detrimento do tradicionalismo incorporado nas culturas antigas, sua forma de valorização humana era embasada na visão patológica do indivíduo; tendo como referências correntes filosóficas que descartavam o surdo de serem “sujeitos pensantes”, os colocando em uma condição excludente da sociedade (RIBEIRO e BIERNASKI, 2017). Por outro lado, o avanço nos estudos levaram a novas descobertas e pensamentos a respeito da pessoa surda, porém não mudou muito nas ideias primitivas. As pessoas surdas começaram a serem isolados nos asilos para que pudessem ser protegidos, pois não se acreditava que pudessem ter uma educação em função da sua ‘anormalidade’, ou seja, aquela conduta marcada pela intolerância obscura na visão negativa sobre os surdos, viam-nos como ‘anormais’ ou ‘doentes’ (PERLIN E STROBEL, 2008, p.05).

Sobre este fato, (STROBEL, 2009, p. 18) cita em seu artigo o pensamento do filósofo Aristóteles acerca do fato: “[...] de todas as sensações, é a audição que



contribuiu mais para a inteligência e o conhecimento... portanto, os nascidos surdo-mudo se tornam insensatos e naturalmente incapazes de razão (355 a.C)”.

Para Aristóteles, o ser que fosse desprovido da fala deveria ser posto a margem da sociedade; uma vez que este não poderia ser participativo dela. Esse pensamento equivocadamente foi sustentado por várias culturas espalhadas pelo mundo. Destes podemos citar: Roma, Grécia, Egito e Pérsia. Strobel explica a condição em que os surdos eram encarados pela sociedade na idade antiga:

Na Roma não perdoavam os surdos porque achavam que eram pessoas castigadas ou enfeitiçadas, a questão era resolvida por abandono ou com a eliminação física – jogavam os surdos em rio Tíger. Só se salvavam aqueles que do rio conseguiam sobreviver ou aqueles cujos pais os escondiam, mas era muito raro – e também faziam os surdos de escravos obrigando-os a passar toda a vida dentro do moinho de trigo empurrando a manivela (STROBEL, 2009, p.17).

A forma de encarar os surdos não se difere muito das outras sociedades da época. Temos que ter em mente que a visão de mundo e o conhecimento que eles tinham era bem diferente da que temos hoje, por isso eles tratavam os surdos daquela maneira. Strobel ainda acrescenta que:

Na Grécia, os surdos eram considerados inválidos e muito incômodo para a sociedade, por isto eram condenados à morte – lançados abaixo do topo de rochedos de Taygète, nas águas de Barathere - e os sobreviventes viviam miseravelmente como escravos ou abandonados só (p. 18).

No Egito e Pérsia era bem parecido:

Os surdos eram considerados como criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, porque acreditavam que eles comunicavam em segredo com os deuses. Havia um forte sentimento humanitário e respeito, protegiam e tributavam aos surdos a adoração, no entanto, os surdos tinham vida inativa e não eram educados (p. 18).



Todas essas formas de tratamento com os sujeitos surdos em diversas culturas comprovam o modelo tradicional vivenciado na antiguidade. Entretanto, essas formas de tratamento ultrapassam este período, adentrando na idade média, na qual a autora (STROBEL, 2009, p. 19) resume de forma sintética a situação dos surdos nessa época: “Não davam tratamento digno aos surdos, colocava-os em imensa fogueira. Os surdos eram sujeitos estranhos e objetos de curiosidades da sociedade”.

3 Aspectos gerais da cultura surda na idade moderna

O grande marco no ensino do surdo e da sua necessidade de ter um sistema de comunicação com os ouvintes surge em 1750, tendo como um dos principais responsáveis pelo processo de mudança na história da educação dos surdos foi o Abade Charles Michel de L'Épée. Seu processo de aprendizado dos signos, foi fruto de diálogos com os moradores de ruas surdos de Paris. Logo após introduziu esse sistema de signos na educação de outros surdos; gerando uma repercussão evolutiva na educação dos surdos (DUARTE, 2013).

Em seguida, com a expansão do conhecimento dos mecanismos criados de comunicação; funda a primeira escola de surdos no mundo em 1799, posteriormente intitulada de Instituto de Surdos de Paris (PERELLO et al., 1978). Esta criação possibilitou que os usuários surdos deixassem de serem ensinados de forma individual; passando a ter um perfil de sala de aula; tendo muitos alunos surdos matriculados.

Com o decorrer do tempo, seu seguidor e sucessor no ensino e propagação do ensino Abade RochAmbroise-cucurronSicard (1742-1822), continuou a utilizar o alfabeto de uma mão com os sinais metódicos, pois este acreditava piamente que os surdos poderiam utilizar desse recurso para aprender e se comunicar.

Após quase um século, o ensino dos signos gestuais tendo se tornado referência no mundo; houve uma necessidade de discutir o melhor método de aprendizado para o público surdo. Foi então que em 1880 ocorreu o congresso de Milão, reunindo os



principais educadores dedicados a educação de surdos e profissionais ligados à área da saúde. Dos 174 participantes, apenas 1 era surdo (SKILIAR, 2016).

Nesse congresso, a decisão foi favorável ao método oralista; descartando o método de ensino gestual. Esta decisão foi declarada e fixada em ata. A esta tem-se a declaração de Grémion:

O Congresso, considerando a incontestável superioridade da palavra sobre os signos para devolver os surdos à sociedade e para dar-lhe o melhor conhecimento da língua, declara que o método oral deve ser preferido ao da mímica para a educação e instrução dos surdos-mudos [...] O Congresso, considerando que o uso simultâneo da palavra e dos signos mímicos tenha desvantagem de inibir a leitura labial e a precisão de ideias, declara que o método oral puro deve ser preferido [...] (GRÉMION, 1991, p.195-196).

A partir de então, houve ainda que por um curto tempo, um retrocesso na educação dos surdos em virtude das medidas adotadas por este congresso; gerando um impacto desfavorável imediato no processo de identidade e cultura do povo surdo em diversas regiões do mundo.

4 Aspectos gerais da cultura surda e do ensino da LIBRAS no Brasil

A história de ensino da língua tem seus primeiros passos no Brasil através do Professor Surdo Francês, Edward Huet. Com a intenção de fundar uma escola de Surdos na cidade do Rio de Janeiro, contou com o apoio do imperador D. Pedro II. Em 1857, foi fundada a primeira escola para Surdos a qual passou a ser chamada de Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (MORI e SANDER, 2015).

Inicialmente nesta escola, era usado como meio de comunicação uma mistura da língua de Sinais Francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, fato que dá origem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Já em 1957, a escola mudou seu nome e passou a ser reconhecida como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Essa mudança se deu em decorrência dos estudos realizados na área e o termo já não era mais apropriado para aquela época (STROBEL, 2009).



Outra contribuição de grande importância para a disseminação do ensino da Língua ocorreu em 1875, quando um ex-aluno do INES, chamado Flaúsin José da Gama, publicou o primeiro dicionário de Língua de Sinais no Brasil a qual a obra intitulava-se “Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos”. O autor deixa claro o seu real objetivo ao criar o livro: “Vulgarizar a Linguagem dos Sinais, meio predileto dos surdos-mudos para a manifestação dos seus sentimentos” (ROCHA, 2008, p. 50).

Neste trecho, percebe-se a forte intenção de propagação da língua de Sinais para a comunidade surda, uma vez que esta era a mais adequada para estes indivíduos. Uma prova disso foram os grandes resultados obtidos através dessa obra de valor imensurável, aos quais passaram a ter reconhecimento do diretor da instituição que passou a reconhecer que a instituição havia tido um grande progresso no último ano (ROCHA, 2008, p.51).

Outra instituição de grande destaque na educação de Surdos fundada na cidade de São Paulo é o Instituto Santa Terezinha. As informações sobre o seu surgimento foram obtidas através do atual site da própria instituição a qual faz referência a sua história com riqueza de detalhes ao longo dos anos.

Finalmente em abril de 1929 é fundado o Instituto Santa Terezinha no Estado de São Paulo. As principais responsáveis pela fundação foram as Irmãs da Congregação de Nossa Senhora do Calvário. Dentre elas destacamos duas precursoras religiosas francesas e duas brasileiras sendo elas respectivamente: Madre Luiza dos Anjos e Irmã Maria São João, Irmã Suzana Maria e Irmã Madalena da Cruz. Inicialmente, a instituição funcionava em prédios alugados e somente em 1939 passa a ter suas instalações funcionando em prédio próprio doado por um médico interessado pela educação de surdos, chamado Dr. Otoni Rezende Barbosa. Ela foi a primeira escola particular para surdos no Estado. O método oral foi adotado até 1990, pois neste método a criança passava a desenvolver a comunicação oral, bem como o treinamento da leitura labial e o uso do aparelho auditivo⁵.

⁵ Essas e outras informações do Instituto Santa Terezinha podem ser encontradas no próprio site da instituição: <<https://www.institutosantateresinha.org.br/sobre-nos/>>.



No decorrer dos anos, a instituição passou a adequar seus métodos para o ensino bilíngue de alunos surdos, ao qual permite que o indivíduo tenha acesso à língua de Sinais e o Português escrito com o objetivo de promover o seu desenvolvimento linguístico.

Atualmente o instituto tem 90 anos de existência e funciona como escola especializada no ensino médio para surdos a qual possui uma filosofia bilíngue. A instituição conta com o projeto Jovem aprendiz, onde o aluno é treinado através de cursos, preparando-os para o mercado de trabalho. Além de oferecer outros serviços voltados para o ensino da Libras que é o caso dos cursos ofertados para pessoas que tenham interesse em aprender a Libras para se comunicar com surdos e cursos para empresas que possuem funcionários surdos e assim desejem fazer o treinamento de funcionários ouvintes com o intuito de melhorar a interação com o colega surdo.

Outro grande marco, ocorreu em 1930 no Rio de Janeiro. Foi fundada a associação Brasileira de Surdos-Mudos por um grupo de ex-estudantes do INES, mas esta não permaneceu ativa. Em março de 1954, um grupo de surdos funda a Associação dos Surdos de São Paulo, que se encontra em funcionamento. (RAMOS, 2004, p.2)

Ainda podemos citar a fundação da Federação Nacional de Educação e Integração do Deficiente Auditivo (FENEIDA), que surgiu no ano de 1977 com o apoio dos “profissionais ouvintes ligados à área da surdez”, tendo sua localização no Rio de Janeiro.

Concordemente, os surdos passaram a participar dos encontros e da Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos. Na realização de uma assembleia geral em 16 de maio de 1987, houve uma votação para fechamento da FENEIDA e uma nova proposta apresentada por um grupo de surdos na criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos(FENEIS).

No início, a federação era dirigida por ouvintes, mas, o cenário muda em 1998 com apresentação de um relatório que “apresenta sua diretoria com onze surdos e três ouvintes, mais dois surdos e dois ouvintes representando São Paulo e Rio Grande do Sul”, sendo representados em sua maioria pelos indivíduos surdos (RAMOS, 2004).



Sobre essa federação, Ramos acrescenta que ela é um filiada à Federação Mundial dos Surdos, conta com uma rede de seis Administrações Regionais, e, face à importância, suas atividades foram reconhecidas como de utilidade pública federal, estadual e municipal. Como entidade filantrópica, de cunho civil e sem fins lucrativos, tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da comunidade surda brasileira. Uma de suas principais bandeiras é reconhecimento da cultura surda, através da propagação da Língua de Sinais, especialmente através de sua inserção no mercado de trabalho.

Apesar do surgimento das federações e o crescente número de surdos como usuários desses espaços; ainda não se discutia uma política articulada de língua ou reconhecimento de tal; que objetivasse e legalizasse o meio de comunicação desses indivíduos; com a perspectiva de certificar que os direitos dessa classe pudessem ser garantidos.

Sobre este fato, em 2002 foi criada a lei 10.436 que regulamenta a Língua Brasileira de Sinais. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 1º “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.”

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais-Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais-Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002, p.1).



Com este reconhecimento enquanto Língua, a difusão da LIBRAS começa a ganhar um novo olhar e valorização; esta resgatando a cultura e essência do sujeito surdo e os “legalizando” na sociedade.

Entretanto, sua comunicação e interação em espaços do conhecimento ainda eram de total dependência. Apesar de já reconhecidos, o número de ouvintes usuários da língua eram insatisfatórios. No contexto escolar e acadêmico, os alunos dependiam de funcionários contratados que soubessem LIBRAS para realizar a mediação do conhecimento entre professor e aluno; aluno surdo e aluno ouvinte e vice-versa em ambos os processos.

Até que em 2010, amparados pela lei 12.319 da constituição federal, tem como direito constitucional a presença em contextos educacionais a presença do tradutor e intérprete de LIBRAS; agora profissão já regulamentada. A este fato, têm-se os artigos:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa [...]

E quanto aos respectivos deveres por parte do profissional; tem-se:

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

- I - Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- III - Atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- IV - Atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas;



V - Prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais (BRASIL, 2010, p. 1).

Em virtude dessas conquistas, é perceptível ainda que pequena, de uma valorização da cultura e ao mesmo tempo, sentimento de pertencimento de cultura por parte da comunidade surda, em que agora usa sua forma de comunicação a qual se tornara regulamentada e a sua mediação com falantes estaria sendo conduzida por profissionais especializados.

Considerações Finais

O artigo usa tem a finalidade de fazer um pequeno levantamento bibliográfico, pois tem suas fundamentações e conclusões guiadas pelos materiais já confeccionados e disponibilizados em plataformas. Sobre estes, podem ser citados como base de pesquisa e reflexão artigos; periódicos; livros; sites de federações e as leis vigoradas na constituição Brasileira: Lei da LIBRAS e seu decreto; e da regulamentação da profissão do tradutor e intérprete da LIBRAS já supracitadas na fundamentação teórica. Essa metodologia permitiu além de traçar um histórico sobre o objeto de estudo, identificar e ratificar respostas já existentes acerca do tema.

Por meio dele foi possível sustentar a crença de que instituições e costumes são fatores contribuintes para a formação da vida social, tendo como fonte de origem passada, importando assim a pesquisa na compreensão de sua natureza e função.

O breve relato abordado sobre o processo histórico levantado e analisado; foi perceptíveis aos entraves enfrentados pela comunidade surda ao longo dos anos nas múltiplas sociedades aos quais foram imersos ou postos a margem. As dificuldades ao reconhecer o sujeito surdo como um ser socioantropológico; tendo como pertencimento uma identidade e cultura; e do modelo de pensamento tradicional de cultura impostas em diversas sociedades, suprimiam o repensar de uma visão mais inclusiva e igualitária. Ainda assim, esse artigo ressalta como o processo foi doloroso e o quão longe está das conquistas esperadas pela comunidade.



Apesar de tantos percalços enfrentados, é inadmissível não reconhecer os avanços e conquistas que a comunidade surda vem alcançando gradativamente. Sua visibilidade em muitos espaços tem sido cada vez mais comum. Sua autenticidade como ser, possibilitou novos olhares não somente acerca da sua língua; mas também do ensino e propagação dela.

A influência dos marcos históricos na comunidade foi retratada pela maior parte de todos os artigos; livros e periódicos pesquisados levantam uma visão unânime quanto ao efeito positivo que se tem por valorizar o passado de uma comunidade; podendo esta ser um fator contribuidor no processo de melhora no ensino da língua.

Ainda assim, é necessário que sejam despertadas novas formas de melhoria no ensino da língua a partir de tudo que foi vivenciado pela comunidade no passado; ajudando a compreender a atual condição e a projetar o futuro. Afinal, um povo é constituído de diferenças; pluralidade e respeito. A isto, todos que a compõe, devem se empenhar em serem partícipes na construção desse processo.

Que este trabalho possa instigar pesquisas vindouras na área; e sendo por meio dela o incentivo ao conhecimento, tornando-a mais alcançável possível.



Referências

BRASIL, **Lei N.º 10.436 de 24 de abril de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK Ewigw77U56_uAhX3HLkGHa9DDKsQFjACegQIDBAC&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fseesp%2Farquivos%2Fpdf%2Flei10436.pdf&usg=AOvVaw3MfaqUg2l8dCDwBPAl7VJu>. Acessado em: 10 de jan. de 2021.

_____, **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 regulamentada pelo Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília, 2005.

_____, **Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010**. Brasília 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm> . Acessado em: 10 de jan. 2021.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734.

GRÉMION, J. **La planète des sourds**. Paris: Presses Pocket, 1991.

MELLIS, Fernando. Cerimônia de posse terá convidados surdos e tradução em Libras. **R7 Notícias**. 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/cerimonia-de-posse-tera-convidados-surdos-e-traducao-em-libras-01012019>>. Acessado em: 15 de jan. 2020.

MORI, N. N. R.; SANDER, R. E.. História da Educação dos surdos no Brasil. IN: **Seminário de pesquisa do PPE**. Maringá: 2015. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUK EwjKv5jTra7uAhXtGLkGHcEkBh0QFjAAegQIAhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.ppe.uem.br%2Fpublicacoes%2Fseminario_ppe_2015%2Ftrabalhos%2Fco_04%2F94.pdf&usg=AOvVaw2Ga8UOt3JxcAiSNnULWS4M>. Acessado em: 10 de nov. de 2020.

PERLIN, Gladis; STROBEL Karin. Fundamentos da educação de surdos. Texto- base de curso de Licenciatura de Letras Libras, UFSC, Florianópolis, 2008.

RAMOS, Clélia Regina. In: Histórico da FENEIS até o ano de 1988. Editora Arara Azul, 2004.



RIBEIRO, R. de O. C.;BIERNASKI, S. do R. Aspectos da comunicação do sujeito surdo e sua inclusão na sociedade. In: **Congresso Nacional de Educação –EDUCERE**. Curitiba, 2017. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwitoJTVoa7uAhVBIrkGHQOCClgQFjAAegQIARAC&url=https%3A%2F%2Feducere.bruc.com.br%2Farquivo%2Fpdf2017%2F25417_13281.pdf&usg=AOvVaw00ev_rmKK7V3uVD4sVD3mo>. Acessado em: 13 de out de 2020.

ROCHA, Solange. A criação de uma escola para surdos no Brasil do século XIX. In O INES e a educação de Surdos no Brasil. Rio de Janeiro. 2008.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. UFSC, Florianópolis, 2009.

SKILIAR, Carlos. **Um olhar sobre as diferenças**. Editora Mediação, 8º edição, Porto Alegre, 2016.

WITKOSKI, Sílvia Andreis. Surdez e preconceito: a norma da fala e o mito da leitura da palavra falada. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, 2009.